

IGLÊ MOURA PAZ RIBEIRO

**VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE 11 A 18 ANOS MORADORAS DO RECANTO DAS
EMAS, DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA, DF, 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE

IGLÊ MOURA PAZ RIBEIRO

**VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE 11 A 18 ANOS MORADORAS DO RECANTO DAS
EMAS, DISTRITO FEDERAL**

**Tese apresentada como requisito
parcial para obtenção do Título de
Doutor em Ciências da Saúde pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Saúde da Universidade de
Brasília.**

**Oriador: Profa. Dra. Lenora
Gandolfi**

Co-Oriador: Riccardo Pratesi

BRASÍLIA, DF, 2015

Ficha catalográfica

Ribeiro, Iglê Moura Paz

R484v VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS POR CRIANÇAS
E ADOLESCENTES DE 11 A 18 ANOS MORADORAS DO RECANTO
DAS EMAS, DISTRITO FEDERAL / Iglê Moura Paz Ribeiro;
orientador Lenora Gandolfi; co-orientador Riccardo
Pratesi. -- Brasília, 2015.

77 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Ciências da Saúde)
-- Universidade de Brasília, 2015.

1. Violência. 2. Criança. 3. Adolescente. 4.
Prevalência. I. Gandolfi, Lenora, orient. II.
Pratesi, Riccardo, co-orient. III. Título.

**IGLÊ MOURA PAZ RIBEIRO
VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS POR CRIANÇAS E
ADOLESCENTES DE 11 A 18 ANOS MORADORAS DO RECANTO DAS
EMAS, DISTRITO FEDERAL**

**Tese apresentada como requisito
parcial para obtenção do Título de
Doutor em Ciências da Saúde pelo
Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Saúde da Universidade de
Brasília.**

Aprovado em: 13 maio 2015

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. LENORA GANDOLFI

Universidade de Brasília

PROFA. DRA. ANA CAROLINA ACEVEDO POPPE

Universidade de Brasília

PROF. DR. PAULO SÉRGIO AZEREDO HENRIQUES FILHO

Universidade de Brasília

PROFA. DRA. NADJAR NITZ

Universidade de Brasília

PROF. DR. ELI SIQUEIRA ALVES

Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho às crianças e aos adolescente do Recanto das Emas,
Brasília (DF), que são os grandes heróis da minha pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Lenora Gandolfi e ao Prof. Dr. Riccardo Pratesi, pelos ensinamentos, dedicação e apoio durante a realização deste trabalho, contribuindo para meu aprendizado e desenvolvimento profissional.

Aos serviços prestados pela secretária Edgrês Alves de Souza, pelas orientações acadêmicas, seu empenho e dedicação a mim, como estudante da Pós-Graduação da Faculdade da Saúde.

Aos diretores, professores e estudantes da Rede Pública de Ensino do Recanto das Emas, que proporcionaram uma equipe de estudantes e pesquisadores como elemento de ensino e aprendizagem durante a pesquisa e o estudo desenvolvido.

À Diretora Ir. Inês Lourenço e à Coordenadora Ana Clara Scalco, pelo apoio e entendimento da importância desse momento em minha caminhada profissional; aos professores pelos momentos de atuação em que necessitei aprofundar meus estudos. A todos o meu muito obrigada! Sei que iremos brilhar juntos diante dos trabalhos com nossas crianças.

Aos pesquisadores, educadores, professores, estudantes da graduação e pós-graduação da educação e saúde que acompanham o *Projeto Educação e Saúde Integral*, e que se dedicaram e acreditaram na possibilidade de as crianças e adolescentes serem grandiosos para a sociedade em geral.

Aos meus familiares, por terem acompanhado o passo a passo e pela convivência, além de terem compreendido e acompanhado pacificamente o desenvolvimento do estudo.

“Quando chegar o momento de vocês deixarem o mundo não tenham a preocupação de terem sido bons, isto não é o bastante! Deixem um mundo bom! Onde reina a violência o único recurso é a violência. Onde vivem os homens o auxílio só pode vir dos homens.”
(Brecht)

“Muitos dos que convivem diariamente com violência assumem-na como uma parte intrínseca da condição humana. Não tem de ser assim. A violência pode ser evitada. As culturas violentas podem ser mudadas. Os governos, as comunidades e os indivíduos podem fazer a diferença.”
(Nelson Mandela)

RESUMO

Objetivo: Dimensionar e conhecer, de maneira exploratória e descritiva, as situações de violências vividas por crianças e adolescentes de 11 a 18 anos nos cenários de escolas públicas. **Métodos:** Pesquisa de delineamento transversal, com amostra aleatória de grupo de crianças provenientes de escolas públicas localizadas na região administrativa do Recanto das Emas, Brasília (DF). Foi aplicado o questionário *Child Abuse Screening Tool Children's Version* a 368 crianças entre 11 e 18 anos aleatoriamente selecionadas. As modalidades de violência analisadas foram abusos físicos, psicológicos e sexuais. **Resultados:** Foi frequente a fragmentação do núcleo familiar, com menos de 50% das crianças morando com ambos os genitores, bem como o sentimento de insegurança nas escolas associado a alta prevalência de violência física (85,4%), relacionada a violência psicológica (62,5%) e à violência de cunho sexual (34,7%). **Conclusão:** Houve alta prevalência das várias formas de violências no ambiente familiar e escolar dessas crianças e adolescentes. Tanto no Brasil, como em pesquisas internacionais, observou-se a prática da violência contra crianças adolescentes. **Palavras-chave:** Violência; Criança; Adolescente; Prevalência.

ABSTRACT

Objective: To measure and to know, in a exploratory and descriptive way, the situations of violence experienced by children and adolescents between 11 and 18 years in public schools. **Methods:** A cross-sectional study with a random sample group of children from public schools located in the administrative region of Recanto das Emas, Brasilia (DF). The questionnaire *Child Abuse Screening Tool Version* was applied to 368 children aged between 11 and 18 years randomly selected. The modalities of violence analyzed were abuses of physical, psychological and sexual nature. **Results:** The fragmentation of the nuclear family was frequent, with less than 50% of children living with both parents; as well as the feeling of insecurity in schools associated with high prevalence of physical violence (85.4%), related to psychological violence (62.5%) and violence of a sexual nature (34.7%). **Conclusion:** There was a high prevalence of various forms of violence in the family and school environment of these children. Both in Brazil and in international research, we observed the practice of violence against children adolescents.

Keywords: Violence; Child; Adolescent; Prevalence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Sexo	35
Figura 2	Escola dos estudantes	36
Figura 3	Composição familiar	36
Figura 4	Pertencimento a grupos religiosos	37
Figura 5	Grupos religiosos	38
Figura 6	Grupos étnico-racial	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Violência física. Respostas obtidas por meio da aplicação do <i>questionário Child Abuse Screening Tool Children's Version (ICAST-C)</i> quanto à frequência de eventos de algum tipo de violência física sofrido por um grupo de 368 crianças	39
Tabela 2	Violência psicológica. Respostas obtidas por meio da aplicação do <i>questionário Child Abuse Screening Tool Children's Version (ICAST-C)</i> quanto à frequência de eventos de algum tipo de violência psicológica sofrido por um grupo de 368 crianças	40
Tabela 3	Violência sexual. Respostas obtidas por meio da aplicação do <i>questionário Child Abuse Screening Tool Children's Version (ICAST-C)</i> quanto à frequência de eventos de algum tipo de violência sexual sofrido por um grupo de 368 crianças	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Falas dos sujeitos em relação à violência física	43
Quadro 2	Falas dos sujeitos em relação à violência psicológica	44
Quadro 3	Falas dos sujeitos em relação à violência sexual	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEF	Centro de Ensino Fundamental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAST-C	<i>Child Abuse Screening Tool Children's Version</i>
ISPCAN	<i>International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Science</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Viva	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes

SUMÁRIO

1 Introdução	15
1.1 Crianças e adolescentes: breve história da conquista de direitos	18
1.2 Revisão bibliográfica	22
1.2.1 Dados epidemiológicos da violência infanto-juvenil	26
2 Objetivos	29
2.1 Geral	29
2.2 Específicos	29
3 Métodos	30
3.1 População	30
3.2 Resultados coletados	31
3.3 Descrição da área do estudo	32
3.4 Critérios de inclusão e exclusão	32
3.5 Análise dos dados	33
4 Resultados	34
4.1 Dados sociodemográficos	39
4.2 Violências	41
4.3 Falas dos sujeitos: faces da violência	42
5 Discussão	46
6 Conclusão	50
7 Referências	52
8 Anexos	59
Anexo 1 - Questionário <i>Child Abuse Screening Tool Childrens Version</i> (ICAST-C)	59
Anexo 2 - Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília	73
9 Apêndices	74
Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	74

1 INTRODUÇÃO

Os maus-tratos configuram-se como importante problema de saúde pública, e há relativamente pouca informação de base comunitária disponível sobre a distribuição e os determinantes do abuso de crianças. Apenas uma pequena proporção de abuso de crianças vítimas chega ao conhecimento dos órgãos de proteção à criança (1-3).

Estudos têm mostrado os efeitos deletérios e, às vezes, catastróficos sobre o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo de crianças e adolescentes, com graves repercussões na vida adulta (3,4). A qualidade de vida de crianças e adolescentes é prejudicada, e o direito ao respeito, à dignidade, e à integridade física e moral não deve esperar a vida adulta.

Entendida como fenômeno social, a violência não se limita ao conceito de ferir a integridade física. Gilberto Velho afirmou que a violência não se esgota no uso da força, mas também a “possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma ideia de poder, quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre outro”(5;16).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “o uso da força ou do poder real, em ameaças, contra si próprio, contra outra pessoa, um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha qualquer probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de movimento ou privação” (1;1). A violência é um fenômeno multicausal e apresenta forte associação com desigualdade econômica e socioculturais, mas também se relaciona com outros aspectos subjetivos e comportamentais (3,4).

Segundo estimativas da OMS (1,2), os grupos sociais compostos por crianças, adolescentes e jovens são identificados como de maior risco em vários aspectos, destacando-se os aspectos relacionados à violência e aos maus-tratos (3).

Historicamente, as sociedades têm lidado de maneira tangencial com o fenômeno da violência contra a criança e o adolescente, delimitando seu escopo à esfera privada, como se ele pertencesse exclusivamente à competência pessoal e familiar, e não à pública. Essas violências, que eram pouco percebidas e discutidas no início do século 20, tiveram bastante destaque na era contemporânea como uma das violações da dignidade humana mais perversas e prevalentes no cotidiano da vida de meninos e meninas (3).

Violência infanto-juvenil é uma problemática relacionada com aspectos da sociedade em geral, segundo os quais os familiares fazem parte desse contexto, e a população infantil está inserida na perversa violação de sua dignidade humana (1). No caso da realidade social brasileira, a violência contra criança e o adolescente parece ter se naturalizado no cotidiano das interações humanas, especialmente nas relações familiares, nas quais se verifica alta prevalência do fenômeno (6). O núcleo familiar é o principal responsável pelo bem-estar desses grupos, mas nem sempre a família parece representar um lugar de proteção (7).

A violência, no contexto familiar, constitui-se como fenômeno complexo, com questões que envolvem desigualdade social e prejuízos na qualidade de vida das famílias com comprometimento nas relações intrafamiliares evidenciado pelo abuso de poder (8). De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (9), a violência doméstica direcionada à criança se caracteriza como violência física, psicológica, sexual e negligência. A caracterização dos diferentes tipos de violência não é simples, por se tratar de fenômeno heterogêneo que envolve a vida privada, sendo, por vezes, difícil circunscrevê-lo.

A violência perpetrada por alguém da família, mesmo sem laços sanguíneos, é considerada violência doméstica (6). Apesar de suas repercussões na qualidade de vida do indivíduo, ela é difícil de ser definida. No entanto, pode ser percebida, e não somente por maus-tratos físicos, uma vez que assume outras formas, como a exploração do trabalho, a violência verbal, o castigo, a voz alta e ameaçadora, atos incisivos e proibições despropositadas, para impor suas atitudes corretivas, mesmo que ocorridas uma única vez.

O ambiente familiar deve ser fundamental para o equilíbrio do comportamento dos adolescentes. Dessa forma, se a família passar por

perturbações em suas interações, ela representará um grupo de referência confuso (5). As atitudes e os comportamentos dos familiares são decisivos no desenvolvimento psicossocial do adolescente, afetando profundamente esse indivíduo em todas suas relações, principalmente as afetivas. O futuro adulto pode vir a se transformar em sujeito de futuras agressões.

A infância e a adolescência não têm sido períodos protegidos da influência de eventos negativos; pelo contrário, podem ser permeadas por situações adversas inerentes ao contexto proximal familiar ou ao contexto social mais amplo. Nesse sentido, as dificuldades comportamentais, muitas vezes, emergem associadas a esses contextos de vida, o que sugere a necessidade de estudos sistemáticos desenvolvidos junto a crianças expostas a riscos psicossociais, que podem instrumentar programas de intervenção relativos a tal população (5,10,11).

A literatura tem mostrado a complexidade da determinação da violência contra a criança e o adolescente apontando uma grande quantidade de variáveis que se interrelacionam dentre as causas do fenômeno (3,4,10). Podem ser tomadas como exemplos: (a) questões históricas relacionadas ao lugar, auferido pela cultura à criança na sociedade e na família (4-6); (b) questões econômicas e sociais, como proveniência de segmentos sociais desfavorecidos, e situações associadas, como analfabetismo, marginalidade e desemprego (5); (c) questões relacionadas à desigualdade, dominação de gênero e relação de poder entre gerações; (d) proveniência de ambientes normalmente conflituosos com presença de problemas psíquicos, como depressão, alcoolismo e outras drogadições (11,12); (e) falta de sensibilidade social, isolamento e suporte social inadequado (12); (f) tipo de estruturação e tradição familiar (5).

Ainda deve-se especificar o entendimento dos conceitos 'criança' e 'adolescente'. A lei 8.069, de 13 julho de 1990, que dispõe sobre o ECA (9), considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Existem, porém, sérias dificuldades para desagregar as informações disponíveis usando esses cortes etários, principalmente os dados de população para os anos intercensitários, vitais para o cálculo das taxas que possibilitam colocar numa base comum anos ou áreas

geográficas diferentes. Nesses casos, ao se falar de crianças e adolescentes, utilizaremos, como práxis, a faixa de zero aos 18 anos de idade.

As crianças e os adolescentes sujeitos da pesquisa foram representados pela faixa etária de 11 a 18 anos, estudantes de escolas públicas, que cursavam os 9 anos dos Ensinos Fundamental e Médio.

1.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES: BREVE HISTÓRIA DA CONQUISTA DE DIREITOS

Nas civilizações antigas, os maus-tratos à criança já se faziam presentes, por meio do infanticídio, utilizado para eliminar as crianças que nasciam com defeitos físicos. Para equilíbrio dos sexos, por motivos religiosos, como medida econômica nos grandes flagelos ou por não aguentarem longas caminhadas, crianças também eram mortas ou abandonadas para serem devoradas por animais. Também era direito do pai reconhecer ou não o direito de viver de seu filho (13).

O abuso de criança é citado em livros mais antigos sobre a história da civilização humana, como a Bíblia e o Alcorão, nos quais a criança era oferecida como sacrifício nas mais diversas situações (13). Mulheres, filhos e filhas podiam ser vendidos para quitação de débitos vencidos. Os filhos assim vendidos trabalhavam durante 3 anos na casa do comprador ou do senhor. Desde os primórdios, os casos de violência contra a criança e o adolescente aconteciam no ambiente familiar, contrapondo o entendimento de proteção que a família deveria exercer (14).

No século 17, a amamentação era considerada um prazer ilícito da mãe, que causaria perda moral da criança. A criança era incluída nas brincadeiras sexuais do adulto (13). O abandono, a negligência, o sacrifício e a violência contra a criança fazem parte da história da humanidade e eram aceitos por determinadas comunidades, chegando, em algumas situações, ao filicídio declarado ou velado,

que elevava as taxas de mortalidade infantil. Na França do século 18, esses níveis atingiam mais de 25% das crianças nascidas vivas (15,16).

Segundo Elisabeth Badinter, na França, no século 18, raramente a criança era amamentada; 66% delas morriam junto às amas de leite. A mortalidade de crianças abandonadas era superior a 84% antes de completar 1 ano de vida. O abandono dos filhos era uma rotina aceita e, por influência da Igreja Católica, que se baseava nos ensinamentos de Santo Agostinho, o castigo físico era aplicado como prática educativa (17).

Já no século 19, os bebês brancos eram entregues às amas negras, concorrendo com as necessidades dos filhos das escravas e interferindo em suas possibilidades de sobrevivência. No final desse século, na Inglaterra, ocorreu a exploração do trabalho infantil, com crianças de 4 anos de idade trabalhando em fábricas e, desde os 8 anos, em minas de carvão, com uma jornada de trabalho de até 16 horas por dia. Durante a revolução industrial, aos 9 anos de idade, as crianças eram alugadas às fábricas, onde trabalhavam acorrentadas (18).

Apenas a partir do final do século 19, a criança, até então considerada um “estorvo inútil”, passou a ser valorizada. Com os abusos da Revolução Industrial sobre a criança, especialmente no final do século 18, a opinião pública levantou-se, no sentido de proteger os interesses das crianças. No campo da medicina, o conceito de pediatria como uma área médica surgiu em 1872, pois, até então, cuidar de crianças era responsabilidade das mulheres (19).

A partir do século 18, no contexto brasileiro, escandalizava a opinião pública o número de bebês abandonados que eram deixados pelas mães à noite em ruas sujas, sendo muitas vezes devorados por cães e outros animais que viviam nas proximidades, ou vitimados pelas intempéries ou pela fome. Em outros casos, eram largados próximos à praia, onde acabavam afogados pela maré, ou deixados nas naves das igrejas ou às portas dos conventos, na esperança de que algum padre ou freira bondosos os alimentasse e lhes conseguisse um lar (1-3). A deposição da criança nessa roda garantia o anonimato dos genitores (4).

A violência contra criança também esteve muito vinculada ao processo educativo, constituindo-se um problema histórico-cultural, que tem percorrido a história ocidental, penetrando o século atual, em suas diferentes formas de

expressão (18). Como se pode ver em todo o mundo, milhões de crianças são expostas à violência dentro de suas casas. A violência assume formas e é influenciada por fatores distintos, que envolvem desde as características pessoais da vítima e do agressor, até seu ambiente cultural e físico. Outro fator importante é a aceitação da violência, por parte da sociedade, como inevitável e normal. O uso do castigo físico, como prática pedagógica, e a disciplina com punições físicas e humilhantes são frequentemente percebidos como normais, particularmente quando não provocam lesões visíveis ou duradouras (12-19).

Estudos desenvolvidos em diferentes países demonstraram que a prática do castigo físico é creditada pelos pais como um método a ser utilizado na correção do mau comportamento, visando impor limites ou, ainda, como um modo de garantir o poder absoluto sobre a atitude de seus filhos (20).

Dentre as condições mais adversas do contexto proximal às quais as crianças podem estar expostas, está a violência familiar. Vale realçar que a violência doméstica inicia-se por meio da palmada, cuja intensidade e forma vão se agravando com o passar do tempo. Essas violências se perpetuaram até os dias de hoje, e vêm sendo responsáveis pelos agravos e sequelas que atingem essa população em plena fase de crescimento e desenvolvimento, constituindo uma das principais causas associadas à morbimortalidades desse grupo etário (21,22). Atualmente, de acordo com a OMS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o castigo físico deve ser entendido como uma forma de abuso (1,2).

Ao longo dos séculos, a representação da criança e do adolescente adquiriu novos significados. No entanto, apesar da valorização da criança pela sociedade e pelo Estado, por intermédio de políticas públicas específicas, as violências ainda permaneceram como grave ameaça à qualidade de vida dessa população. Repensar o conceito de castigo físico, de forma objetiva e abrangente, é fundamental para se distinguir entre castigo físico e abuso; quanto mais estudos, pesquisas e denúncias de abuso infantil, mais entendimento e educação para aos cuidadores sobre os casos em que essa prática não tem finalidade educativa, mas que se concretiza por meio do castigo (22-24).

No Brasil, a Constituição Federal determina, em seu art. 227, ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária. Criança e adolescente devem ser colocados a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (25).

O adolescente deve ser protagonista na construção de seu processo de vida, autônoma e responsável. Deve ser visto como cidadão que tem diversidade, unicidade e direitos básicos, incluindo a proteção contra a violência (1). Violência esta que, por violar os direitos humanos e de vida, por seu caráter abrangente e pela grandeza das consequências que produz, faz a proteção assumir papel de extrema importância no campo da saúde pública (26).

O ECA é um instrumento legal de garantia da cidadania de crianças e adolescentes e dispõe de mecanismos de proteção contra qualquer forma de maus-tratos, determinando penalidades para os que praticam ato de violação de direitos. Especificamente em relação à violência, o ECA, em seu art. 5º, trata da proteção das crianças e dos adolescentes contra negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão e todos os atentados, por ação ou omissão em relação aos seus direitos fundamentais (9).

Em 2006, o Ministério da Saúde implantou o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) (27), com a finalidade de viabilizar a obtenção de dados e a magnitude desses graves problemas de saúde pública. Nos 35 municípios brasileiros selecionados como prioritários à implantação do sistema, cerca da metade dos casos correspondeu a crianças (21,4%) e adolescentes (26,2%), representando 47,6% do total de notificações recebidas.

Os dados mostram que a violência se expressa de forma diferente entre homens e mulheres, e que deve ser entendida a partir da violência de gênero. No sexo masculino, as crianças na faixa entre zero e 9 anos foram as mais acometidas, sendo a agressão física a forma mais frequente de violência. No sexo feminino, as adolescentes entre 10 e 19 anos, que representam em torno de 40% dessa população, foram as principais vítimas, sendo a violência psicológica/moral, física e sexual os tipos mais prevalentes, entre todas as mulheres (27).

Apesar da grandeza desses dados, o país integra o triste contingente das nações que não possuem estatísticas confiáveis relacionadas ao fenômeno da violência doméstica contra os jovens, ao lado de países como Equador, Bangladesh, Paquistão e Tunísia. Os dados são esparsos, fragmentários, quase episódicos. Dizem respeito mais à incidência, e quase nunca à prevalência. Cobrem a realidade de algumas modalidades do fenômeno (violência física, psicológica e sexual), enquanto outras continuam maquiavelicamente ocultas (violência psicológica e negligência) (28-30).

Mesmo a violência doméstica fatal, aquela que leva a criança ou o jovem à morte, recebe outras denominações e acaba encoberta. Diante desse quadro, a construção do perfil contemporâneo da violência doméstica contra crianças e adolescentes no país tem de se apoiar em dados de pesquisa, assim como em relatos de casos, depoimentos e outras fontes. O retrato emergente revela um fenômeno extenso, grave, desigual e endêmico (31,32).

1.2 REVISÃO DE BIBLIOGRÁFICA

Podemos identificar violência com o uso da agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico. A violência se manifesta de diversas maneiras: em guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, assassinato e fome. Pode ser, também, identificada como violência contra a mulher, a criança e o idoso; violência sexual; e violência urbana, por exemplo. Existe também a violência verbal, que causa danos morais, que, muitas vezes, são mais difíceis de esquecer do que os danos físicos.

A violência vem sendo cultuada pelos povos como método de conquista e manutenção de poder (33), de forma generalizada, abrangendo um grupo de indivíduos, uma classe social ou religiosa, ou até mesmo um país. Assim, pode ser classificada nos seguintes tipos e formas (33): generalizada, ao abranger um

grupo de indivíduos, uma classe social ou religiosa ou até mesmo um país; doméstica; física; sexual; psicológica; e negligência.

A violência doméstica entendida de forma isolada encontra-se dentro das famílias. Caracteriza-se por toda ação ou omissão por parte do adulto ou adolescente mais velho que, na qualidade de responsável permanente ou temporário, possa resultar em prejuízo ao desenvolvimento físico ou psicossocial da criança ou do adolescente. É a agressão mais oculta de todas, porém a mais poderosa, pois desestrutura a personalidade em desenvolvimento da criança e do adolescente, impedindo a formação, ou destruindo os valores morais positivos, e fazendo com que o respeito a si mesmo e ao outro nunca seja aprendido. Propõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança (3).

Sua ocorrência é de enorme proporção, atinge todos os países, e está presente em todas as culturas, classes, níveis de escolaridade, renda familiar e origens étnicas. Deve ser considerada como fonte de todas as formas de violência, pois o indivíduo é desrespeitado em seus valores mínimos, muitas vezes até mesmo antes de nascer, o que pode levá-lo a reproduzi-la sob qualquer forma – direta (por meio de agressões) ou indireta (por meio do uso do poder).

A violência física caracteriza-se pelo uso da força física de forma intencional, por parte dos pais, responsáveis ou adolescente mais velho, com o objetivo de manutenção ou demonstração de poder do mais forte sobre o mais fraco a qualquer custo, podendo ferir, provocar danos ou mesmo levar à morte da criança ou do adolescente, deixando ou não marcas evidentes (8).

Outro tipo de violência que podemos destacar é a sexual, que é a forma de violência doméstica mais difícil de ser conceituada e diagnosticada, pois, muitas vezes resulta do despreparo dos pais para a educação de seus filhos, valendo-se de ameaças, humilhações ou desrespeito como formas culturalmente aprendidas de educar. Consiste na submissão da criança ou adolescente, por parte dos pais ou responsáveis, definitivos ou temporários, a ações verbais ou atitudes que visem à humilhação, à desqualificação, ao tratamento como de “*minus valia*”, à culpabilização, à indiferença, à rejeição, à ameaça e a outros que possam levar a danos muitas vezes irreversíveis a seu desenvolvimento, tanto na área psíquica como na afetiva, emocional, moral e social (34,35).

Mundialmente, a violência é uma experiência devastadora para muitas crianças e lhes traz consequências prejudiciais ao desenvolvimento, mas ainda não se sabe a real extensão do problema. É difícil responder questões relacionadas a aspectos básicos, como: “Quais os efeitos da violência nas crianças?”; “Quantas crianças são afetadas pela violência ao redor do mundo?” e “O que pode ser feito para fazer a diferença?” .

No estudo aqui apresentado, considera-se que a violência contra crianças e adolescentes, na condição de:

todo ato ou omissão cometidos por pais, parentes, outras pessoas e instituições capazes de causar danos físico, sexual e/ou psicológico à vítima. Implica de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que as crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. (36;16)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde (37), estabelece o entendimento da categoria violência física como atos violentos com uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a pessoa, deixando ou não marcas evidentes no corpo. Ela pode se manifestar de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torções, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações e mutilações.

Como se pode verificar nos dados estatísticos este fenômeno (37;68), a violência física é a causa mais frequente de atendimentos, abrangendo acima de 40% do total de crianças e adolescentes que demandaram o serviço. A incidência de violência física contra o sexo feminino diminui conforme a idade das vítimas atendidas aumenta. Se, na faixa de menos de 1 ano de idade, 67,8% dos atendimentos foram meninas, essa proporção vai caindo gradualmente até os 10 anos de idade, quando as proporções por sexo da vítima são praticamente equivalentes, com leve diferença para o sexo masculino; também a incidência da violência cai drasticamente com a idade.

Vemos que a taxa de 95,3 atendimentos para cada 100 mil crianças é dez vezes maior que a da faixa de 15 a 19 anos: 9,4 atendimentos para cada 100 mil

adolescentes. Essa vitimização também ocorre na faixa de 1 a 4 anos de idade, mas com menor intensidade que na faixa anterior. Pareceria que quanto mais desprotegida a vítima, maior a utilização de força física como disciplinador/punitivo. Impressiona aqui a enorme e desproporcional vitimização de crianças com menos de 1 ano de idade (29).

Desagregando os atendimentos por violência física especificando quem foi o agressor nas diferentes faixas etárias, vemos que os pais, englobando aqui pai, mãe, padrasto e madrasta, aparecem como os principais responsáveis pelas violências físicas até os 9 anos de idade das crianças atendidas, concentrando mais de 50% das notificações por violências físicas nessa faixa etária. Esse peso cai para 31,3% na faixa de 10 a 14 anos de idade das vítimas e para 11,6% nos anos finais da adolescência. Amigos e/ou conhecidos da vítima ocupam o segundo lugar, com 22,1% dos casos atendidos, adquirindo relevância a partir dos 5 anos de idade e, em terceiro lugar, estão pessoas desconhecidas pelas vítimas, em 16,9% dos casos, também relevante a partir dos 5 anos de idade (29).

Internacionalmente, dentre os 99 países com dados recentes nas bases estatísticas da OMS (2), o Brasil, com sua taxa de 13,0 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes, ocupa a quarta posição internacional, só superada por El Salvador, Venezuela e Trinidad e Tobago. Se, na faixa de zero a 4 anos de idade, o Brasil ocupa a 23ª posição, sobe para a 13ª na faixa de 5 a 9 anos de idade. Já dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 19 anos, o Brasil passa para a quarta posição, revelando a gravidade de seus índices. Por baixo desse quantitativo visível, um enorme número de violências cotidianas nunca chega à luz pública (1,2).

Nesse sentido estimar a prevalência da violência na vivência das crianças e dos adolescentes de 11 a 18 anos torna-se relevante pois se investigará a magnitude dessa realidade presente nas sociedades do Brasil e do mundo.

1.2.1 DADOS EPIDEMIOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL

Não pretendemos, neste estudo, abordar todas as violências, nem sequer a maior parte delas, mas um minúsculo fragmento do *iceberg* das violências: aquelas que são registradas e institucionalizadas e que afetam crianças e adolescentes. Já no início das análises, detectamos um fato altamente preocupante: em oposição às denominadas causas naturais, que se reduziram de forma contínua e acentuada nas três últimas décadas, as causas externas de mortalidade de crianças e adolescentes cresceram.

E cresceram, fundamentalmente, pela escalada de um flagelo, que se transformou, ao longo dos anos, a fonte de maior letalidade das crianças e dos adolescentes, e também dos jovens: os homicídios (38). Se o assassinato de qualquer criança ou adolescente já é inadmissível, que qualificativo merecem muitas de nossas taxas, que superam, de longe, os níveis epidêmicos para alcançar dimensão de verdadeira pandemia social? Não só a magnitude das taxas preocupa, mas também a tolerância e aceitação, tanto da opinião pública quanto das instituições precisamente encarregadas de enfrentar esse flagelo.

Atila Roque (39), diretor executivo da *Anistia Internacional no Brasil*, em recente entrevista, referiu-se aos homicídios de jovens e adolescentes relatando que o Brasil convive tragicamente com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade, de grande parcela da sociedade, em uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social. Isso ocorre devido à certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do Estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado.

Localizar o fenômeno e sua amplitude como o universo das violações dos direitos humanos e repensá-lo historicamente na realidade territorial brasileira tornam-se essenciais diante dessa realidade vivida pelo sujeito criança-adolescente no contexto brasileiro. Essas ações desvelam os tipos de violência

em suas várias faces, que se manifestam de maneira estrutural, intrafamiliar, institucional e em forma de delinquências (40).

Todavia, também observamos, desde finais do século passado, uma profunda mudança nas formas de manifestação, percepção e abordagem de fenômenos que parecem características marcantes da nossa época: a violência e a insegurança. Mudanças tão profundas estão em jogo, sendo legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades (31). Efetivamente, vemos um incremento constante dos indicadores objetivos da violência no mundo: taxas de homicídios, conflitos étnicos, religiosos, raciais, índices de criminalidade – incluindo nessa categoria o narcotráfico.

Nas últimas décadas, houve um alargamento do entendimento da violência, como que uma reconceituação de suas peculiaridades pelos novos significados que o conceito assume, conforme Porto descreve, “(...) de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais” (29;7), como a violência intrafamiliar, contra a mulher ou as crianças; a violência simbólica contra grupos, categorias sociais ou etnias; e a violência nas escolas. Essas formas de violência migram da esfera do estritamente privado para sua consideração como fatos públicos, merecedores de sanção social. E estamos nessa transição (38).

Com caráter relacional, reflexo de uma estrutura social e cultural, na qual está inserida, a violência reveste-se de relevância, em função dos prejuízos e níveis de gravidade interpessoais que causa. Quando perpetrada por adultos contra crianças ou adolescentes, a violência adquire particularidades que a tornam muito mais complexa e grave, pois é “organizadora” de estruturas psíquicas e sociais (41).

Reconhecida em várias partes do mundo como problema social, com serias consequências à saúde física, emocional e mental das vítimas, a violência constitui um importante tema social no mundo de hoje e, segundo a OMS (1), os grupos sociais compostos por crianças, adolescentes e jovens são identificados como os de maior risco, em relação às diferentes situações, entre elas a violência e os maus-tratos.

Dessa forma, as consequências da violência dificultam o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, e podem perdurar até a idade adulta, afetando negativamente a saúde e aumentando os riscos de vitimização e de que crianças se tornem, mais tarde, autoras de violência. Pesquisas (19,42-45) confirmam a situação de violência vivenciada por crianças e adolescentes ao redor do mundo, apresentando índices de violência sofrida tanto no campo físico, quanto no psicológico e no sexual.

Ao abordarem dados de classificação da violência de acordo com o tipo e a natureza do ato violento, estudos preveem um quadro útil para a compreensão do lugar de maus-tratos dentro dos complexos padrões de violência que já são categorizados como abuso físico, abuso sexual, abuso emocional/psicológico e negligência. A Sociedade Internacional para a Prevenção do Abuso e Negligência de Crianças apoia estudos dessa natureza com um instrumento validado (19,42), que avalie os maus-tratos vividos por crianças e adolescentes, dando a essa população a oportunidade de fala ou expressão sobre a problemática.

As pesquisas da *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN) acontecem desde 2004 (19,42-45). Elas tratam da vitimização de crianças, contando com um grupo de especialistas de proteção que analisam o desempenho da problemática com um conjunto de estudos pilotos internacionais. No Brasil, estes estudos estão avançando, principalmente nas universidades, como demonstrou estudo citado (19), ao avaliar a prevalência de abuso físico e exposição à violência parental na infância, segundo características sociodemográficas. A amostragem selecionou 3.007 indivíduos, de 14 anos de idade ou mais, entre 2005 e 2006, incluindo sujeitos de todas as regiões do país, sendo os resultados, desse modo, nacionalmente representativos. Foram acessadas experiências de abuso físico (bater, bater com alguma coisa, queimar/escaldar, ameaçar/usar faca ou arma) e exposição à violência parental (testemunhou ameaça e/ou agressão física parental) na infância (46).

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Dimensionar e conhecer as situações de violências vividas por crianças e adolescentes de 11 a 18 anos de escolas públicas da região administrativa do Recanto das Emas, Brasília (DF), Brasil.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes (composição familiar, idade, sexo, religião e grupo étnico-racial).
- Verificar os tipos de violências sofridas e sua magnitude em atos de natureza física, sexual e psicológica.
- Estimar a prevalência dos eventos violentos na vivência de 11 a 18 anos sofridos por frequentadores de escolas públicas do Distrito Federal.
- Conhecer os discursos das crianças sobre a violência, com base na questão de gênero.

3 MÉTODOS

3.1 POPULAÇÃO

Tipo de estudo de delineamento transversal, com amostra aleatória de grupos de crianças provenientes de sete escolas públicas ou centros de ensinos Fundamental e Médio localizados na região administrativa do Recanto das Emas, Brasília (DF). A amostra foi retirada de uma população 368 crianças e adolescentes e aplicado um questionário em crianças e adolescentes entre 11 e 18 anos, com expectativa de prevalência média calculada de 44% (com nível de confiança de 95%) e a margem de erro de 2% (47).

Foi utilizado um questionário, com 58 questões, 58 questões, que analisam a exposição à violência sofrida por crianças e adolescentes em autorrelato, verificando as prevalências das violências nessa população (Anexo 1). Trata-se de instrumento denominado *Child Abuse Screening Tool Children's Version* (ICAST-C), da IPSCAN, que aborda a experiência de violências de crianças e adolescentes. Este instrumento já foi aplicado em 40 países e traduzido para seis línguas (42). As questões estão distribuídas da seguinte maneira: questões iniciais (nove) que buscam identificar o perfil sociodemográfico dos pesquisados; questões (duas) que buscam informações sobre a relação com a escola; questões (quarenta) que verificam as ocorrências de eventos de violência, físico, psicológico e/ou sexual e questões (sete) que tem como finalidade uma avaliação sobre o instrumento e a apresentação de sugestões pelos sujeitos da pesquisa.

3.2 RESULTADOS COLETADOS

A pesquisa teve um projeto estratificado por característica sociodemográficas da família, faixa etária, e sexo, considerando as respostas do questionário, os entrevistados foram informados sobre privacidade, confidencialidade e carácter voluntário da pesquisa.

As crianças e os adolescentes foram visitados periodicamente durante os anos de 2012, 2013 e 2014, em suas escolas, tendo sido informados sobre os objetivos da pesquisa e solicitado que suas respostas estivessem de acordo com a realidade vivida por eles.

O desenvolvimento do estudo atendeu as normas nacionais e internacionais de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília (CEP-FS, protocolo 110/10) (Anexo 2). Tanto os pais ou responsáveis, como as crianças e adolescentes entrevistados foram informados da privacidade, da confidencialidade e do carácter voluntário da pesquisa. Os pais e/ou responsáveis, bem como os sujeitos da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1).

O ICAST-C foi utilizado como base da pesquisa. Em cada grupo de estudantes (entre 15 a 25 estudantes) que aceitou participar da pesquisa, foi realizada uma ampla explanação sobre a importância das perguntas, o anonimato das respostas e a importância do completo preenchimento. O questionário foi distribuído aos estudantes, que o leram e responderam. As respostas oferecidas foram consideradas compatíveis.

Os dados obtidos foram organizados a partir do cálculo do tamanho da amostra ou população, considerando-se os cálculos de porcentagens e técnicas de estatística inferenciais. As técnicas inferenciais empregadas foram os testes qui quadrado para independência e correlação de Pearson, ambos considerando o nível de significância de $p < 0,05$. As categorias apresentadas foram: física,

psicológica e sexual, que foram submetidas à análise qualitativa, a partir da qual foram nomeadas segundo o conteúdo que revelaram.

3.3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO

O Recanto das Emas é considerado a XV Região Administrativa do Distrito Federal e foi criada no ano de 1993 para atender a demanda de moradia pelo Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal. A cidade localiza-se a 25,8km do Plano Piloto e sua população foi estimada, em 133.527 habitantes em 2013 (47). Os resultados sócio epidemiológico da cidade mais de 35 mil domicílios, apresenta uma taxa média geométrica de crescimento anual de 3,5%, frente a do Distrito Federal, que é de 2,3%, com renda *per capita* de R\$683,00, constatando-se uma distribuição de renda homogênea.

Quanto à população por sexo, 50,70% eram mulheres. A cidade tinha 7,00% de idosos e 23,50% de crianças na faixa de zero e os demais com mais 14 anos. A pesquisa, realizada por órgão governamental do Distrito Federal, revelou ainda que a população moradora nascida no Distrito Federal era de 52,60%. Entre os moradores vindos de outros Estados (47,40%), a predominância era de nordestinos (68,72%), sendo que os Estados mais representativos foram a Bahia, com 16,74%, e o Piauí, com 16,27%. A Região Sudeste, com 14,12%, e a Região Centro-Oeste, com 12,64%, também estão bem representados na população local.

3.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos no estudo crianças e adolescentes com idade de 11 a 18 anos matriculados entre o sexto ano e o nono ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio em Unidades de Ensino do Recanto das Emas, que concordaram

em participar do estudo e que tiveram o consentimento dos pais, por intermédio da assinatura do TCLE (Apêndice 1).

Foram excluídos os alunos que não quiseram fazer parte do estudo, os que, mesmo concordando com a participação, não devolveram o questionário, ou aqueles cujo responsável não autorizou a participação no estudo.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

As variáveis independentes que compuseram o perfil sociodemográfico foram idade, escolaridade, sexo, religiosidade, raça e com quem as crianças e adolescentes viviam (pais ou outro cuidador). Como variável dependente, foi estabelecida a ocorrência de qualquer tipo de violência praticada contra a criança e adolescente. Para fins deste estudo considerou-se a resposta afirmativa do participante em relação à experiência de ter sofrido pelo menos um episódio de violência como um caso.

4 RESULTADOS

Foram observadas experiências de violências vivenciadas por crianças e adolescentes, que ocorrem na escola, nas famílias e nas comunidades. Em relação a possíveis problemas em relação ao preenchimento do questionário, a pesquisa detectou não haver dificuldade na compreensão das questões e nem nas respostas oferecidas, por parte dos estudantes pesquisados, tendo 83% dos entrevistados respondido que não tiveram dificuldades no preenchimento do questionário.

4.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

A pesquisa compreendeu uma população de 368 estudantes entre idade 11 e 18 anos, sendo 209 meninos (57%); quatro (1%) estudantes não responderam a qual sexo pertenciam (Figura 1). Os entrevistados apresentaram idade média de 13,3 anos entre as meninas, e a idade média de 14,0 anos entre os meninos, com média geral de 13,7 e mediana de 14,0.

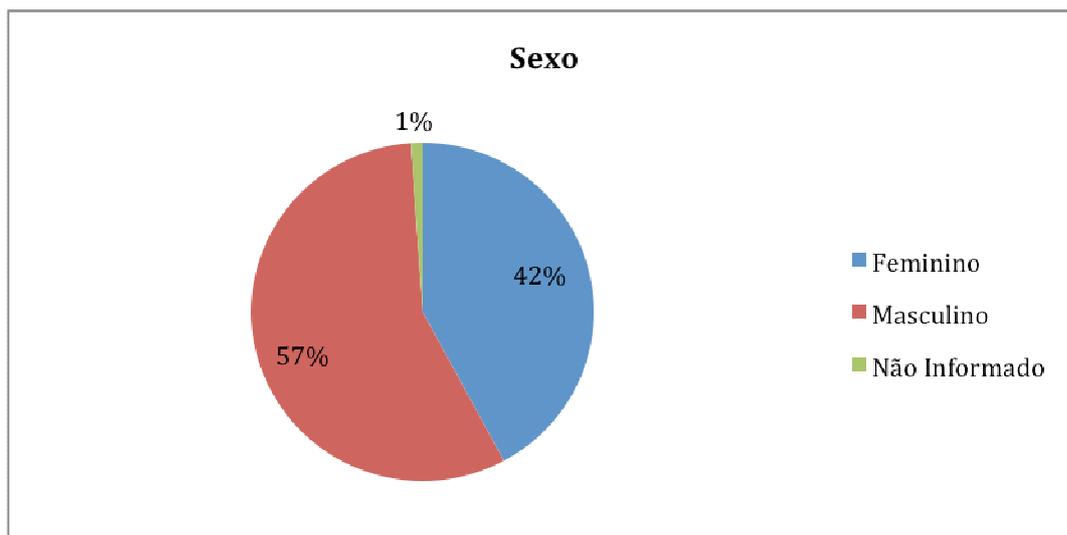


Figura 1 – Sexo.

A maior prevalência do sexo masculino se deu pela realidade apresentada, pois os estudantes pesquisados com idade entre 15 a 18 anos encontravam-se em sua maioria (72%) em situação de defasagem idade/série, isto é, com histórico de reprovação de 2 ou mais anos escolares (Figura 1). Dentre os pesquisados, 70% dos alunos que estavam em defasagem idade/série eram do sexo masculino.

A Escola 6 apresentou um quadro de estudantes com idade concentrada entre 12 e 14 anos (Figura 2). Na Escola 7, encontraram-se estudantes com idade mediana de 11 anos. Nas demais escolas da pesquisa, encontraram-se principalmente estudantes de 15 a 18 anos.

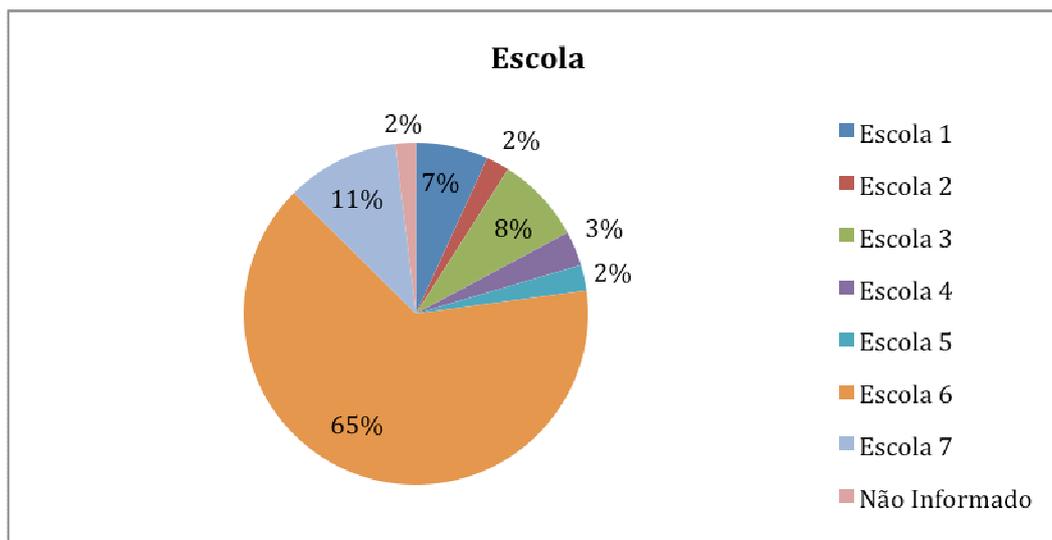


Figura 2 – Escola dos estudantes pesquisados. CED: Centro Educacional; CEF: Centro de Ensino Fundamental.

Na composição familiar, 172 (47%) estudantes relataram morar com pai e mãe; 19 (5,1%) relataram morar com o pai e madrasta; e dois (0,5%) estudantes moravam com a mãe e padrasto. Comprovou-se que os demais moradores nas residências com quem os estudantes moravam foram avô (8,3%), avó (14,3%), irmã (63,2%), irmão (59%), outro parente (17,4%) e não parente (13,9%). Não moravam com pai e/ou mãe, mas com alguém dos demais grupos citados 27 estudantes (7,3%) (Figura 3).

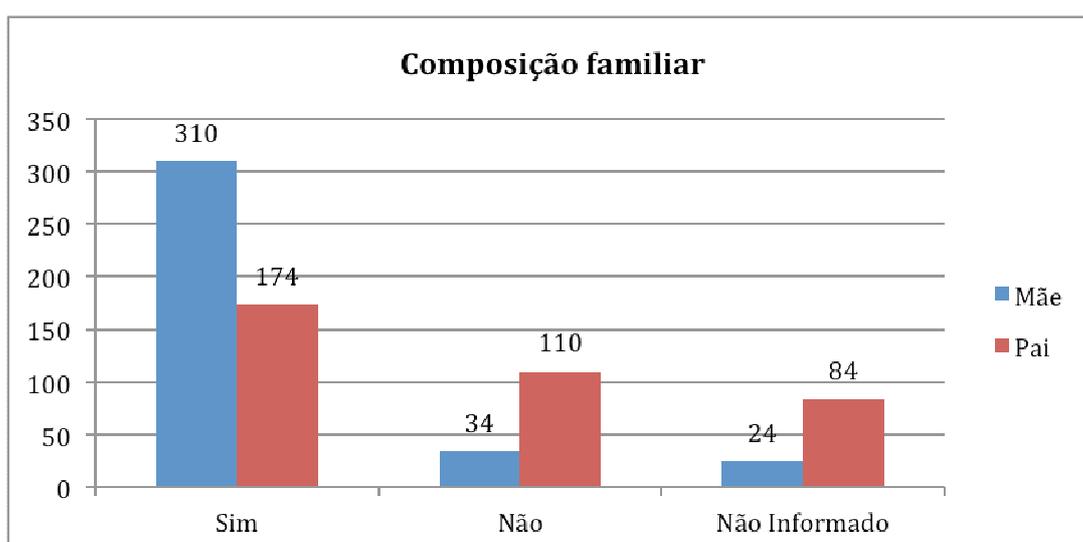


Figura 3 – Composição familiar.

O pertencimento à grupos religiosos se caracterizou em dois terços (67%) dos pesquisados (Figura 4).

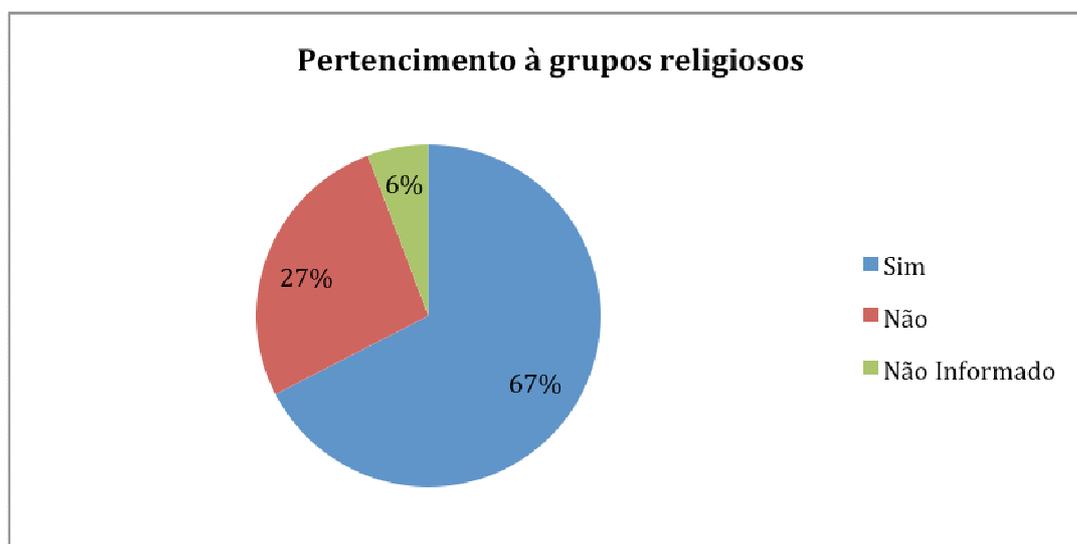


Figura 4 – Pertencimento a grupos religiosos.

A pesquisa confirmou que diante dos atos violentos o grupo religioso que se visualiza, dentre os que declararam pertencer a algum grupo religioso (67%), as religiões mais citadas foram evangélica (42%) e católica (37%). Foram ainda citadas religiões de matriz afro-brasileira e espírita. Um número importante (14%) dos que se declararam religiosos não indicou nenhuma religião. Desta forma, a pertença a um determinado grupo religioso não chegou a 59% do total dos estudantes pesquisados (Figura 5).

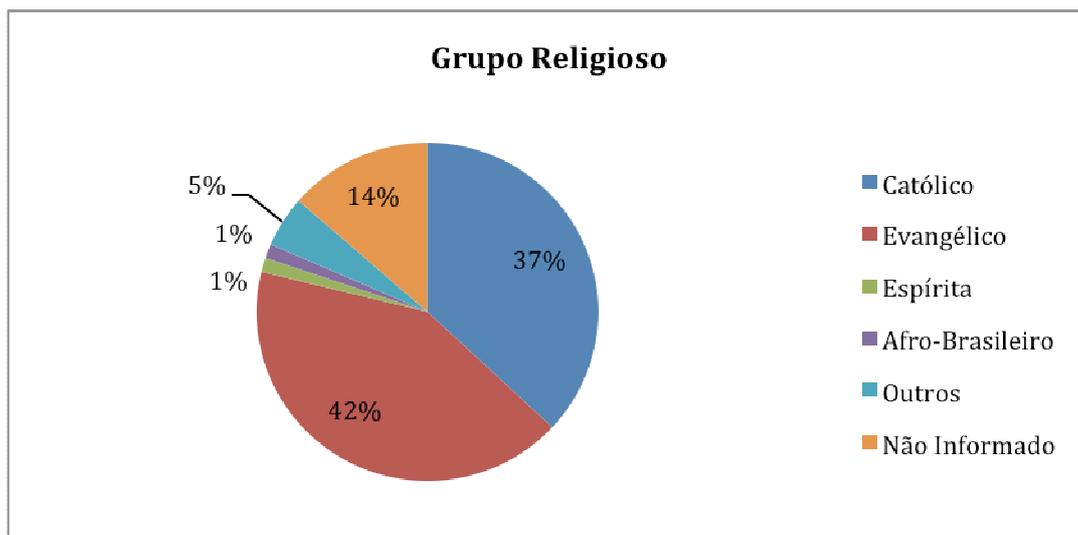


Figura 5 – Grupos religiosos.

A clientela que destacou-se como presença maior dos índices foram de 50% de negros, que foi a soma de pretos e pardos. Houve, também um número considerável de estudantes declarantes e pertencentes aos grupos indígena (13%) e amarelo (3%) (Figura 6) .

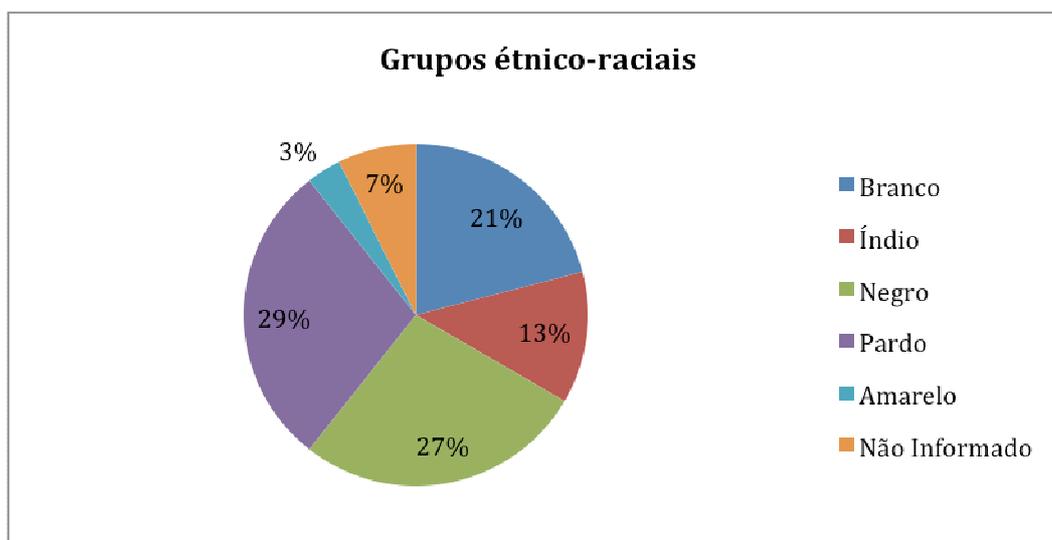


Figura 6 – Grupos étnico-racial.

4.2 VIOLÊNCIAS

Na pesquisa há evidências de violência e permitiu identificar diversos tipos de violência sofrida tanto pelos meninos como meninas, bem como sua incidência no que diz respeito à sua natureza, sejam elas de ordem física (Tabela 1), psicológica (Tabela 2) e sexual (Tabela 3). .

Tabela 1. Violência física. Respostas obtidas por meio da aplicação do *questionário Child Abuse Screening Tool Children's Version* (ICAST-C) quanto à frequência de eventos de algum tipo de violência física sofrido por um grupo de 368 crianças.

Evento	Não	Sim
	n (%)	n (%)
Feriu-o ou causou-lhe dor	279 (75,8)	89 (24,2)
Bateu com a mão no rosto ou na cabeça	298 (81)	54 (19)
Bateu com a mão no braço ou mão	264 (71,7)	104 (28,3)
Puxou a orelha	299 (81,3)	69 (18,7)
Puxou o cabelo	324 (88)	44 (12)
Bateu com a mão fechada	318 (86,4)	50 (13,6)
Chutou-lhe	291 (79)	77 (21)
Esmagou os dedos ou a mão	354 (96,2)	14 (3,8)
Lavou a boca com pimenta ou sabão	360 (97,8)	8 (2,2)
Ficou ajoelhado	305 (82,8)	63 (17,2)
Foi colocado no frio ou no calor	284 (98,5)	5 (1,5)
Foi queimado	360 (97,8)	8 (2,2)

Foi colocado na água quente ou fria	356 (96,7)	12 (3,3)
Deixado sem alimento	352 (95,6)	16 (4,4)
Forçado a fazer algo perigoso	346 (94)	22 (6)
Foi abafado	352 (95,6)	16 (4,4)
Foi amarrado com cinto ou corda na escola	356 (96,7)	12 (3,3)
Foi cortado com objeto pontiagudo	354 (96,2)	14 (3,8)

Tabela 2 – Violência psicológica. Respostas obtidas por meio da aplicação do *questionário Child Abuse Screening Tool Children's Version (ICAST-C)* quanto à frequência de eventos de algum tipo de violência psicológica sofrido por um grupo de 368 crianças

Evento	Não n (%)	Sim n (%)
Ameaçado	294 (79,9)	74 (20,1)
Insultado	277 (75,3)	91 (24,7)
Constrangido ou humilhado	266 (72,3)	102 (27,7)
Xingado	221 (60)	147 (40)
Feito se sentir estúpido ou idiota	293 (79,6)	75 (20,4)
Sofrer preconceito racial/religioso/cultural	299 (81,2)	69 (18,8)
Sofrer preconceito por problemas de saúde	325 (88,3)	43 (11,7)
Isolado	305 (82,9)	63 (18,1)
Constrangido por ser órfão	347 (94,3)	21 (5,7)
Envergonhado por ser pobre	332 (90,2)	36 (8,8)
Teve seus pertences quebrados	266 (72,3)	102 (27,7)
Ameaçado por tirar más notas	325 (88,3)	43 (11,7)

Tabela 3 – Violência sexual. Respostas obtidas por meio da aplicação do *questionário Child Abuse Screening Tool Children's Version* (ICAST-C) quanto à frequência de eventos de algum tipo de violência sexual sofrido por um grupo de 368 crianças.

Evento	Não	Sim
	n (%)	n (%)
Tocado sexualmente de maneira desconfortável	331 (90)	37 (10)
Mostrou-lhe pornografia	316 (85,9)	52 (14,1)
Fez tirar a roupa	251 (95,3)	17 (4,7)
Tirou-lhe a roupa	343 (93,2)	25 (6,8)
Teve relações sexuais	342 (92,9)	26 (7,1)
Tocou as partes íntimas	343 (93,2)	25 (6,8)
Tocou seus seios (meninas)	128 (82,6)	27 (17,4)
Deu-lhe dinheiro para ter relações sexuais	352 (95,4)	17 (4,6)
Envolveu-o na tomada de imagens sexuais ou vídeos	338 (81,8)	30 (8,2)
Beijou-lhe quando não queria	318 (86,4)	50 (13,6)

4.3 FALAS DOS SUJEITOS: FACES DA VIOLÊNCIA

Protegidas pelo anonimato, as crianças e os adolescentes pesquisados relataram com mais liberdade suas experiências objetivas ou subjetivas de violências sofrida.

Dentre os relatos da violência, destacou-se o sentimento de culpa dos sujeitos agredidos, justificando as agressões sofridas, tanto por parte dos meninos como meninas, ou seja meninos e meninas sofrem esse tipos de violência (Quadro 1). Observou-se uma incidência maior dos pais como agressores, seguidos de colegas de aula e professores. As agressões praticadas pelos pais/parentes foram vistas como atos educativos, mesmo quando consideradas injustas. Quanto aos colegas, a interação entre pares foi conflituosa, mas os responsáveis pais e professores não entenderam como ato violento (Quadro 2). Na violência sexual, no evento teve relações sexuais 26 crianças meninas que corresponde a (7.1%) o adulto/homem foi o principal responsável pelos atos violentos (Quadro 3).

Quadro 1 – Falas dos sujeitos em relação à violência física.

Autoculpabilidade	Crianças e/ou adolescentes	Pais e/ou parentes	Professores e/ou outros adultos
<p>Por ela (mãe) ter feito isso, eu agradeço, porque aprendi a lição e hoje eu falo obrigado</p> <p>Eu mereci</p> <p>Por que às vezes tiro a paciência deles (pais)</p>	<p>Eu apanhei. Levei um chute na cara e na barriga</p> <p>Algumas adolescentes não gostaram de mim e me bateram</p> <p>Ela me deu um tapa na cara</p> <p>Sim, mas foi brincadeira</p> <p>Meu irmão, porque eu o estava machucando</p> <p>Meu irmão me esfaqueou quando era pequena</p> <p>Me colocou para matar uma cobra</p> <p>Os meninos da minha sala me amarraram de brincadeira</p> <p>Colega me espetou com um lápis</p>	<p>Somente apanhei dos meus pais</p> <p>Minha mãe me dá tapas como punição</p> <p>Minha mãe quando faço algo de errado</p> <p>Meu pai quando me ensina a matéria</p> <p>Meu pai e mãe quando não faço as tarefas da escola</p> <p>Porque briguei com meu irmão</p> <p>Tinha brigado com minha irmã</p> <p>Por ter brigado na rua</p> <p>Me mandou ajoelhar no milho</p>	<p>Fui agredida pelo meu namorado duas vezes</p>

Quadro 2 – Falas dos sujeitos em relação à violência psicológica.

Autoculpabilidade	Crianças e/ou adolescentes	Pais e/ou parentes	Professores e/ou outros adultos
<p>Colega tentou me cortar pois faço parte da gangue As vezes minha mãe me deixa sem comer, pois estou gordinha A professora gritou comigo, ela tinha razão</p>	<p>Me colocou para matar uma cobra Me obrigou a dar banho em um <i>pitbull</i> Uma vez uma menina me ameaçou por pensar que estava falando dela Me chamam de feia Menino da sala me insulta Meu irmão grita comigo Me chamam de camelo, só porque tinha um chaveiro de camelo Porque sou loira Menina na sala Me disseram palavrões em uma briga na escola Minhas inimigas me dizem palavrões, por motivos besta Um menino da minha sala me disse palavrão Minha irmã e uma amiga dela me fizeram sentir idiota Colega zoou de mim, pois tenho problemas de vista Afastei-me dos colegas por eles serem agressivos e chatos Fui roubada por outros adolescentes Minha irmã quebrava meus brinquedos quando estava com raiva Colega roubou minha caneta Tem alguns colegas que não</p>	<p>Me deixou sem jantar Meu primo (adulto) me deixou sem jantar muitas vezes, e eu sai para roubar Minha mãe grita comigo Meu tio me diz palavrão Meu pai me faz sentir só Meu pai sumiu quando nasci e sinto falta dele (constrangida) Pois eu não moro com meu pai (constrangida)</p>	<p>Um safado, na rua, me cortou com um copo de vidro As vezes as pessoas me xingam da minha cor (negra) Fui ameaçada com uma faca na rua Professores me insultaram Professora gritou comigo Professora me xingou Professora; Algumas pessoas me chamam de gordo Algumas pessoas da direção da escola disseram-me palavrão Uma professora já me mandou tomar naquele lugar Uma professora fez eu me sentir idiota, pois não havia entendido a matéria A direção da escola me fez sentir mal, porque não deixou ir a um passeio na escola Minha professora me constrangeu pois eu não tinha dinheiro para comprar roupa Uma vizinha murrinha me zoava porque não eu não tinha dinheiro</p>

	medem esforço para me constrangerem		
--	--	--	--

Quadro 3 – Falas dos sujeitos em relação à violência sexual.

Autoculpabilidade	Crianças e/ou adolescentes	Pais e/ou parentes	Professores e/ou outros adultos
Meninas tocaram meu corpo e eu gostei As meninas me tiraram a roupa, eu gostei Sim, mas eu também quis	Com uma menina (relações sexuais) Com uma ex-namorada (relações sexuais) Com meu ex-namorado (relações sexuais) Minha namorada tentou me beijar a força Minhas colegas queriam me beijar e beijaram Meu ex-namorado me beijou a força Uma amiga roubou um beijo de mim	Meu avô quando eu era pequena e minha mãe ia trabalhar (relações sexuais), ele morreu	Um amigo do meu pai tocou meus seios Uma safada meu deu dinheiro (relações sexuais) Estava no ônibus e um homem pegou na minha bunda

5 DISCUSSÃO

Uma avaliação mais sistematizada referente à violência em suas diferentes formas contra crianças e adolescentes iniciou-se no Brasil na década de 1990, quando o Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu o mandato específico do ECA para promover o direito à vida e à saúde dessa população, o que resultou na obrigatoriedade de notificação de violência doméstica, sexual e outras formas de violência contra crianças e adolescentes às autoridades competentes.

Não obstante o inegável benefício advindo da adoção dessa política, a medida, sendo dependente de notificação geralmente efetuada por terceiros, tende a subestimar a verdadeira prevalência de casos de negligência e abuso contra menores de idade. Conseqüentemente, a comunidade científica continua tentando aperfeiçoar os métodos para avaliar e entender a frequência e as causas de maus-tratos contra essa população.

Nesse sentido, a utilização do questionário ICAST-C (19,42) em crianças protegidas pelo anonimato permitiu que elas relatassem com mais liberdade suas experiências objetivas ou subjetivas de violências sofridas. Apesar de não ser isento de vieses, o ICAST-C mostrou-se instrumento bastante fidedigno de avaliação da prevalência de abusos em nosso meio.

Os resultados obtidos no presente estudo são bastante significativos e deixam transparecer uma situação excepcionalmente preocupante, tanto em relação à situação atual quanto ao desenvolvimento dessas crianças já afetadas por um ambiente socioeconômico desprivilegiado. Nesse sentido, o estudo esteve de acordo com a literatura apresentada, que confirmou, tanto no Brasil, como em pesquisas internacionais, a prática da violência contra crianças adolescentes, fato que torna o ICAST-C um instrumento bastante fidedigno de avaliação da prevalência de abusos em nosso meio.

As análises indicaram que crianças e adolescentes conviviam arduamente com a violência, e que essa realidade não diferiu entre meninos e meninas. Percebeu-se, assim, que a violência contra a criança e o adolescente apresentou-

se de forma naturalizada na realidade social brasileira, com alta prevalência do fenômeno (48).

As experiências de violências vivenciadas pelas crianças e pelos adolescentes pesquisados ocorreram na escola, nas famílias e nas comunidades. Chama a atenção que, embora 42,4% dos entrevistados tenham dito não se sentirem seguros no ambiente escolar, a maioria (65,2%) afirmou gostar de ir à escola. Assim, a escola permanece como espaço importante de interação social e aprendizado.

Alta percentagem (85,4%) dessas crianças e adolescentes afirmou ter sofrido algum tipo de abuso físico, sendo notável que a maior parte, senão a totalidade dos atos violentos, nunca chegou a engrossar os dados oficiais sobre a frequência de violência em nosso país. As respostas indicaram como autores desse tipo de violência principalmente outros estudantes, no entanto, em alguns casos, os autores eram irmãos ou adultos. Foi comum o uso de chutes, socos e puxões de cabelo no ambiente escolar. Isso porque, entre os estudantes, a violência física é empregada como forma de amedrontar, provocar ou até mesmo ferir os colegas (48).

Quando a violência foi praticada por adultos, observou-se o relato de incidência de puxões de orelha, ser colocado de joelho no milho e ameaças a partir de más notas. Nesses casos, os pais foram os autores principais. Muitas crianças e adolescentes declararam que acreditavam que esse tipo de violência era uma forma de educar e disciplinar, além de se acreditarem merecedores de tal ação e que, somente assim, poderiam ser educados ou aprender algo. No entanto, “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes e responsáveis contra crianças ou adolescentes no lar, é capaz de causar dano físico e psicológico à vítima” (7;80).

No tocante às agressões psicológicas, cerca de 62,5% das crianças e adolescentes afirmaram ter sofrido esse tipo de agressão. Nas escolas, em geral, os agressores são outros estudantes e, em alguns casos, adultos, como professores ou alguém da direção da escola. As maiores incidências disseram respeito às agressões relacionadas a xingamentos, insultos e constrangimentos.

Outra forma de agressão com alta incidência foi a quebra ou o roubo de pertences.

Apesar de menos prevalente, os resultados evidenciaram que mais de um terço das crianças sofreu algum tipo de violência sexual, o que é extremamente grave diante dos efeitos deletérios que esse tipo de violência pode ter sobre o desenvolvimento do indivíduo. Percebeu-se que esse tipo de violência também tem, dentre seus autores, outras crianças e adolescentes; no entanto, em todas as questões, pessoas adultas apareceram como autores. A autoria dos atos de violência praticados por pessoas adultas apareceu com maior índice nas respostas sobre toque no corpo ou nos seios. O que chamou a atenção nesse quesito foi que, quando se perguntou às crianças se elas conheciam os autores, a maioria apontou para o desconhecimento ou o pouco conhecimento dos autores desse tipo de violência.

Os efeitos tardios da violência sexual podem gerar, no futuro adulto, um sentimento de impotência e de falta de controle sobre seu ambiente, sendo que as formas de enfrentamento dessa situação variam entre os sexos. Em geral, as mulheres tendem a se fecharem em si mesmas, com propensão a ideações suicidas e transtornos alimentares (bulimia, obesidade e anorexia), enquanto que os homens demonstram maior tendência à exteriorização de comportamentos antissociais (delinquência e alcoolismo, por exemplo) (35,49).

Experiências de violência vivenciadas durante a infância e a adolescência podem apresentar prejuízos à saúde e ao desenvolvimento das vítimas. Essas fases da vida, infância e adolescência, são períodos de desenvolvimento sensíveis, em que experiências de abuso têm profundos efeitos, diretos e indiretos, sobre o risco de depressão mais tarde. Tal ponto de vista é congruente com a crescente evidência de que a adolescência é uma transição de desenvolvimento único e complexo, que envolve mudanças neurobiológicas, cognitivas e socioemocional (10,12).

Pesquisas anteriores também confirmaram que essas experiências têm efeitos prolongados na idade adulta (10,29) e que, mais tarde, podem ser um impacto negativo na capacidade de regular emoções, além de poder gerar distúrbios nos processos neurobiológicos associados ao abuso de crianças.

No caso específico do Brasil, a violência contra a criança e o adolescente parece ter se naturalizado no cotidiano das relações humanas, sejam elas na família, na escola ou na comunidade. Não é possível, a curto prazo, modificar um sistema social, que convive habitualmente com a violência. Mais estudos tornam-se necessários para estabelecer medidas preventivas e, concomitantemente, instaurar meios para ajudar essas crianças a lidarem com esse grave problema. Assim, pesquisar a temática da violência envolve localizar o fenômeno no horizonte da vasta amplitude que é o universo das violações dos direitos humanos e repensá-lo historicamente na realidade territorial brasileira (48).

As dificuldades apresentadas no decorrer da pesquisa se referiram, principalmente, à menor aceitação da participação de adolescentes entre 16 e 18 anos, pois muitos optaram voluntariamente por não participarem do estudo. Além disso, alguns respondentes deram informações sobre violência sofrida em outros espaços, que não aqueles perguntados. Como em todo questionário preenchido de forma anônima, sempre pode existir algum grau de viés quanto à veracidade das informações fornecidas.

Em análise de dados autorrelatados, a confiabilidade das informações é limitada pela capacidade do participante de lembrar os acontecimentos violentos, sendo restringida por sua vontade de divulgar esses eventos. Adicionalmente, a seleção aleatória dos participantes foi efetuada apenas com as crianças e os adolescentes presentes na escola por ocasião da entrevista, não levando em conta o absenteísmo e nem a evasão escolar que, por si, podem estar relacionadas ao fator em estudo.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo objetivou dimensionar e conhecer, de maneira exploratória e descritiva, as situações de violências vividas por crianças e adolescentes de 11 a 18 anos nos cenários de escolas públicas da região administrativa do Recanto das Emas, em Brasília. Os resultados apresentados apontaram para uma alta incidência de experiências de violências sofridas pelos estudantes participantes da pesquisa. Em relação a estudos apresentados, os resultados são plenamente compatíveis.

O perfil sociodemográfico da população pesquisada foi o seguinte: 57% declararam ser do sexo masculino; o grupo religioso que se destacou na pesquisa foi o cristão, com as denominações mais citadas, a evangélica (42%) e acatólica (37%); em relação ao grupo étnico-racial, com 50%, os negros foram destaque entre sujeitos presentes; quase metade da população pesquisada declarou viver com pai e mãe, embora a mãe se apresentou também em mais de 80% das famílias; na composição familiar, foi detectada também a presença, em grande número, de irmãos e irmãs, bem como avós e tios.

Foram identificados diversos tipos de violência sofrida, bem como sua magnitude em atos de natureza física, sexual, psicológica. Na questão da violência física, apresentaram-se, com maior magnitude, chutes, socos e puxões de cabelo no ambiente escolar. Na família e/ou na comunidade, houve incidência de puxões de orelha, ser colocado de joelho no milho e ameaças a partir de más notas. As maiores incidências de agressões psicológicas foram de xingamentos, insultos, constrangimentos, quebra ou roubo de pertences. No caso da violência sexual, todas as questões apresentadas resultaram em respostas positivas e, tendo em vista a gravidade das mesmas, percebeu-se um quadro importante de experiências sexuais violentas entre as crianças e os adolescentes pesquisados.

Nos discursos sobre as violências relatadas pelas crianças entrevistadas, destacou-se o sentimento da existência de uma culpabilidade dos sujeitos agredidos, que acabam justificando as agressões sofridas. Os agressores, em geral, foram pais, colegas de aula e professores. Normalmente, as agressões

praticadas pelos pais e/ou parentes foram vistas como ato educativo. A interação entre colegas e irmão tendeu a ser conflituosas, mas, segundo os relatos, os pais e professores não entenderam como ato violento. O atos de violência sexual tinham geralmente a presença de adultos masculinos.

O alto índice de violência presente na vida da criança e adolescente constitui adversidade e fator de risco ao pleno desenvolvimento cognitivo afetivo e social dessa população. Os dados aqui apresentados foram bastante significativos e deixaram transparecer uma situação excepcionalmente preocupante, tanto em relação à situação atual quanto ao desenvolvimento dessas crianças já afetadas por um ambiente socioeconômico desprivilegiado.

Alta percentagem das respostas positivas dessas crianças e adolescentes indicou que muitas sofreram algum tipo de abuso físico, psicológico e/ou sexual. Embora tenha havido, nos últimos anos, o aumento da coleta de dados relativos à violência contra criança e adolescente, ainda é notável que a maior parte desses atos violentos nunca chegará a engrossar os dados oficiais sobre a frequência de violência em nosso país.

Recomenda-se às escolas com órgão público, juntamente com o conselho tutelar, organizarem oficinas, palestras educativas com as crianças, adolescentes, pais e professores, sobre o entendimento de educar e disciplinar sem violência. Visando minimizar essa realidade presente no contexto educativo e familiar, buscando uma educação que valorize uma cultura da paz no processo educativo, seja familiar ou escolar.

Pode-se ainda sugerir que, no que diz respeito aos profissionais de saúde e educação é necessário imediatamente um aumento de consciência sobre o fenômeno para que os dados possam fazer parte ativa dos planejamentos de ações de enfrentamento e combate às violações dos direitos humanos básicos desse estrato populacional.

7 REFERÊNCIAS

1. Organização Mundial de Saúde (OMS). Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: Organização Mundial de Saúde; 2002.
2. World Health Organization (WHO). Health topics: adolescent health [Internet]. Geneva: WHO. 2013 [cited 2015 May 1]. Available from: http://www.who.int/topics/adolescent_health/en/
3. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, DF: MS; 2010.
4. World Health Organization (WHO). The world health report 2000 - Health systems improving performance [Internet]. Genebra: WHO; 2000 [cited 2015 May 1]. Available from: <http://www.who.int/whr/2000/en/>
5. Vieira JCB, Oliveira RCO, Santana RSS, Nunes DDP, Souza SR. Violência doméstica contra o adolescente: uma reflexão para a prática de enfermagem. *Adolesc Saude*. 2009;6(1):15-9.
6. Waksman RD, Harada MJC. Violência contra a criança e o adolescente. In: Waksman RD, Hirschheimer MR (coord). Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência. Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. São Paulo: Sociedade de Pediatria de São Paulo; 2011. p. 13-30.
7. Paula MR. Combate e prevenção à violência familiar contra a criança e o adolescente. *Revista Anhangüera*. 2008;9(1):77-94.

8. Brito AMMB, Zanettall DMT, Mendonça RCV, Barisoni SZP, Andrade VAG. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2005 [cited 2015 May 1];10(1):143-9. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413
9. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8069/90, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências [Internet]. Brasília, DF: Senado Federal, 1990 [cited 2015 May 1]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
10. Afifi TO, Mota N, MacMillan HL, Sareen J. Harsh physical punishment in childhood and adult physical health. *Pediatrics*. 2013;132(2):e333-40.
11. Roque EMST, Ferriani MGC. Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis-SP. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2002;10(3):334-44.
12. Malta DC, Souza ER, Silva MMA, Silva CS, Andreazzi MAR, Crespo C, et al. Vivência de violência entre escolares brasileiros: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciê Saúde Coletiva* [Internet]. 2010 [cited 2015 May 1]; 15(Supl. 2):3053-63. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000800010&script=sci_arttext
13. Hayeck CM. A violência contra crianças e adolescentes ao longo dos séculos e os atuais trâmites institucionais de atendimento aos sujeitos vitimizados. In: XXV Simpósio Nacional de História [Internet]. Fortaleza: Associação Nacional de História; 2009 [cited 2015 May 1]. Available from: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0343.pdf>

14. Chauí M. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. In: I Conferência Brasileira de Educação [Internet]. São Paulo; 1980 [cited 2015 May 1]. Available from: <http://acervo.paulofreire.org/jspui/handle/7891/2200>
15. Silveira Ribeiro C, Malta W, Magalhães T. O castigo físico de crianças. Estudo de revisão. *Revista Portuguesa do Dano Corporal*. 2011;22;55-73.
16. Weber LND, Dobrianskyj N, Prado PM, Viezzer AP, Brandenburg OJ. O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos Psicológicos*. 2004;9:227-37.
17. Badinter E. Segundo um amor conquistado: o mito do amor materno Badinter. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; 1985.
18. Sanches RN, Minayo CS. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e saúde. In: Lima CA (ed). *Violência faz mal à saúde: série B - textos básicos de saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2006. p. 29-38.
19. Zanoti-Jeronym DV, Zaleski M, Pinsky I, Caetano R, Figlie NB, Laranjeira R, et al. Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2009 [cited 2015 May 1];25(11):2467-79. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001100016&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
20. Scher CD, Stein MB, Asmundson GJ, McCreary DR, Forde DR. The childhood trauma questionnaire in a community sample: psychometric properties and normative data. *J Trauma Stress*. 2001;14(4):843-57
21. Minayo MC. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006.
22. Del Priore M. Apresentação. In: Del Priore M (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto; 2010.

23. Azevedo MA, Guerra VNA, Mania de bater. A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil². ed. São Paulo: Iglu; 2010.
24. Yunes J. Prefácio. In: Westphal MF. Violência e criança. São Paulo: Edusp; 2002. p. 11-2.
25. Brasil. Constituição Federal 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.
26. Sudbrack MFO, Dalbosco C. Escola como contexto de proteção: refletindo sobre o papel do educador na prevenção do uso indevido de drogas. In: Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente, 2005 [Internet]. São Paulo; 2005 [cited 2015 May 1]. Available from: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200082&lng=en&nrm=iso
27. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Viva: vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde; 2009. Série G. Estatística e Informação em Saúde.
28. Wievioiorka M. O novo paradigma da violência. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. 1997;9(1):5-41
29. Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; 2011.
30. Lima JS, Deslandes SF. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes; uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. Interface Comum Saúde Educ. 2011;15(38):819-32.

31. Cunha MLC. Cartilha da mídia: violência doméstica contra crianças e adolescentes. [s/l]: Centro de Combate à Violência Infantil (CECOVI)/Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); 2004.
32. Azevedo MA, Guerra VNA. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um cenário em (des)construção. In: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (org.). Direitos negados. A violência contra a criança e o adolescente no Brasil [Internet]. Brasília, DF: UNICEF; 2005 [cited 2015 May 1]. Available from http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf
33. Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN_). Adolescer: compreender, atuar, acolher. Brasília, DF: ABEN; 2001.
34. Rutter M. Stress research: accomplishments and tasks ahead. In: Haggerty RJ, Sherrod LR, Garmezy N, Rutter M (eds.). Stress, risk and resilience in children and adolescents: processes, mechanisms and interventions. New York: Cambridge University Press; 1996. p. 354-85.
35. Farrow SC. Books reviews. 2015 [cited 2015 May 10]. Available from: <http://pmj.bmj.com>
36. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7a ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 2000.
37. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Instrutivo de preenchimento da Ficha de Notificação/Investigação de Violência Doméstica, Sexual e/ou outras Violências. Brasília: MS/SVS; 2009.
38. Lima JS, Deslandes SF. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes; uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. Interface Comum Saúde Educ. 2011;15(38):819-32.

39. Roque A. A juventude quer a radicalização da democracia no Brasil (Entrevista) [Internet]. Anistia Brasil. [cited 2015 May 1]. Available from: <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/juventude-quer-radicalizacao-da-democracia-brasil>
40. Schraiber LB, D'Oliveira FPL, Couto MT. Violência e saúde: estudos científicos recentes. Rev Saúde Pública. 2006;40(N Esp):112-20.
41. Faleiros VP, Faleiros ETS. Formação de educadores (as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; 2006.
42. Zolotor AJ, Runyan DK, Dunne MP, Jain D, Péturs HR, Ramirez C, et al. ISPCAN Child Abuse Screening Tool Children's Version (ICAST-C): Instrument development and multi-national pilot testing. Child Abuse Negl. 2009;33(11):833-41.
43. McAlister A, Sandström P, Puska P, Veijo A, Chereches R, Heidmets LT.. Attitudes towards war, killing, and punishment of children among young people in Estonia, Finland, Romania, the Russian Federation, and the USA. Bull World Health Organ. 2001;79(5):382-7.
44. Runyan DK, Dunne MP, Zolotor AJ, Madrid B, Jain D, Gerbaka B, et al. The development and piloting of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool-Parent version (ICAST-P). Child Abuse Negl. 2009;33(11):826-32.
45. Ybarra ML, Langhinrichsen-Rohling J, Friend J, Diener-West M. Impact of asking sensitive questions about violence to children and adolescents. J Adolesc Health. 2009;45(5):499-507

46. Nanni V, Uher R, Danese A. Childhood maltreatment predicts unfavorable course of illness and treatment outcome in depression: a meta-analysis. *Am J Psychiatry*. 2012;169(2):141-51

47. Governo do Distrito Federal. Pesquisa domiciliar socioeconômico. PEDS-2013. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan); 2013.

48. Ribeiro IMP, Ribeiro AST, Pratesi R, Gandolfi L. Prevalência das várias formas de violência entre escolares. *Acta Paul Enferm [Internet]*. 2015 [cited 2015 May 1];28(1):54-9. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v28n1/1982-0194-ape-028-001-0054.pdf>

49. Weber LND, Dobrianskyj N, Prado PM, Viezzer AP, Brandenburg OJ. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicol Reflex Crit*. 2004;17(3):323-31.

8 ANEXOS

Anexo 1 – Questionário *Child Abuse Screening Tool Childrens Version* (ICAST-C)

1. Sexo do entrevistado: () menina () menino

2. Quantos anos você tem? _____ anos.

3. Qual é o nome da escola que estuda?

4. Incluindo este ano, quantos anos você frequentou a escola?
_____ anos.

5. Você mora com seus pais?

Mãe: () Sim () Não

Pai: () Sim () Não

6. Com quem mais você vive?

() Avô () Avó () Irmã () Irmão.

() Outro parente () Pessoas que não são parentes.

7. Você pertence a religião ou grupo religioso? () Sim () Não

8. Que religião ou grupo religioso você pertence?

() Católico () Evangélico () Espírita () Afro-brasileiro

9. O grupo étnico-racial que sua família faz parte?

Branco () Índio () Preto () Pardo () Amarelo () Outros ()

10. Você se sente seguro na escola () no trabalho ()?

Sempre Geralmente às vezes Nunca

10a. Você gosta de ir para a escola (trabalho)?

Sempre Geralmente às vezes Nunca

Às vezes as pessoas na escola ou no trabalho podem prejudicar crianças e adolescentes fisicamente. Pensando em você mesmo, no ano passado, tem alguém na escola ou no trabalho que tenha feito algo como:

11. Feri-lo ou causado dor em você na escola ou no trabalho?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

11a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

12. Golpeá-lo com uma mão em seu rosto ou na sua cabeça como punição?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

12a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

13. Bateu-lhe com uma mão em seu braço ou em sua mão?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

13a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

14. Puxou sua orelha como punição?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

14a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

15. Puxou seu cabelo como castigo?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

15a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

16. Bateram-lhe ou atiraram-lhe um objeto?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

16a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

17. Bateu-lhe com um punho fechado?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

17a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

18. Chutou você?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

18a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

19. Esmagou seus dedos ou as mãos como castigo?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

19a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

20. Lavou sua boca com algo parecido com sabão ou colocou algo como pimenta em sua boca?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

20a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

21. Fez você ficar: ajoelhado como forma de puni-lo?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

21a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

22. Fez você ficar: de fora no frio ou calor para puni-lo?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

22a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

23. Queimou-o como punição?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

23a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

24. Colocá-lo em água quente ou fria, como punição?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

24a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

25. Você teve como punição ficar sem alimento?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

25a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

26. Forçado a fazer algo que era perigoso?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

26a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

27. Alguém abafou você?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

27a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

28. Alguém te amarrou com uma corda ou cinto na escola (trabalho)?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

28a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

29. Tentou cortar-lhe propositadamente com um objeto pontiagudo?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

29a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

Às vezes, quando crianças e adolescentes estão na escola, as pessoas disseram ou fizeram coisas para torná-los ou sentirem-se constrangido (a), envergonhado (a), ou ruim. No ano passado, tem alguém na escola ou no trabalho

30. Que tenha jurado você com ameaças?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

30a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

31. Que tenha deliberadamente insultado você?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

31a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

32. Que tenha gritado, constrangido ou humilhado você?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

32a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

33. Chamou-lhe de forma rude, ofensivo, com nomes ou palavrões?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

33a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

34. Propositadamente fez você se sentir estúpido ou idiota?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

34a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

35. Referiu-se à sua cor de pele/ gênero/ religião ou cultura de uma forma preconceituosa ou dolorosa?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

35a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

36. Referiu-se a você a problemas de saúde de uma forma dolorosa?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

36a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

37. Você foi impedido de estar com outras crianças de forma a se sentir mal ou solitário?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

37a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

38. Tentou constranger você porque você era um órfão ou sem um pai?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

38a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

39. Envergonhado por ser pobre ou impossibilitado de comprar as coisas?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

39a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

40. Roubou ou quebrou ou arruinou seus pertences?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

40a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

41. Ameaçaram-no por causa das más notas que você tirou?

() Muitas vezes () Às vezes () Nunca () Não no ano passado, mas isso aconteceu

41a. Se isto aconteceu, foi por ele

() Adulto? () Outra criança ou adolescente? () Ambos?

Gostaria de dizer mais? _____

Às vezes os adultos ou outras crianças e adolescentes fazem coisas sexuais ou mostram coisas sexuais a crianças e adolescentes. Pensando sobre si mesmo, tem alguém que fez alguma dessas coisas para você no ano passado na escola ou no trabalho?

42. Tocou o seu corpo de uma maneira sexual ou de uma forma que fez você se sentir desconfortável? Por "via sexual", queremos dizer fez você tocar em seus órgãos genitais ou seios.

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

42a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

42b. Você conhece bem a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

43. Mostrou-lhe fotos, revistas, ou filmes de pessoas ou de crianças a fazerem coisas sexuais?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

43a Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

43b. Quão bem você conhece a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

44. Fez você tirar a roupa quando não era por uma razão médica?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

44a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

44b. Você conhece bem a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

45. Alguém abriu sua própria roupa na sua frente quando não deveriam ter feito isso?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

45a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

45b. Quão bem você conhece a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

46. Será que ninguém na escola, em casa ou na rua fez você ter relações sexuais com eles?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

46a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

46b. Você conhece bem a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

47. Será que ninguém na escola, em casa ou na rua fez com que você tocasse suas partes íntimas, quando não queria?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

47a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

47b. Você conhece bem a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

48. Será que alguém na escola, em casa ou na rua tocou suas partes íntimas ou seios quando você não quis?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

48a Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

48b. Quão bem você conhece a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

49. Será que ninguém na escola, em casa ou na rua, deu-lhe dinheiro/ ou outras coisas para fazer relação sexual com você?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

49a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

49b. Você conhece bem a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

50. Será que ninguém na escola, em casa, ou na rua tentou envolvê-lo na tomada de imagens sexuais ou vídeos?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

50a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

50b. Você bem conhece a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

51. Será que ninguém na escola, em casa, ou em outro lugar lhe beijou quando você não queria ser beijado (a)?

Muitas vezes Às vezes Nunca Não no ano passado, mas isso aconteceu

51a. Se isto aconteceu, foi por ele

Adulto? Outra criança ou adolescente? Ambos?

51b. Quão bem você conhece a pessoa?

Não conheço Não muito bem Muito bem

Gostaria de dizer mais? _____

52. Você acha que a disciplina na escola é justa?

Sim Não

53. Você tem alguma experiência com outro colega na escola que tenha lhe ferido?

54. Você tem alguma sugestão para prevenir a violência contra as crianças?

55. O presente questionário foi difícil de responder?

Sim Não

56. Existe alguma coisa que você não entendeu?

Sim Não

57. Foi difícil ser completamente aberto sobre o que aconteceu com você?

Sim Não

58. Existe alguma coisa que você gostaria de dizer sobre o que aconteceu com você ou sobre o preenchimento do questionário?

Obrigado por sua ajuda!

Estas questões são muito importantes para ajudar as crianças no Brasil e no mundo e para mantê-las seguras. Muitas das perguntas que fizemos podem ser perturbadoras ou fazê-los querer falar com alguém sobre as violências sofridas. Por favor, nos procure em caso de perguntas ou necessidade de informação.

Anexo 2 – Aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília.



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciências da Saúde
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FS

PROCESSO DE ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Registro do Projeto no CEP: **110/10**

Título do Projeto: “Vivências de Violências Contra Crianças de 11 a 18 anos no Recanto das Emas”.

Pesquisadora Responsável: Igle Moura Paz Ribeiro

Data da Entrada: 08/09/10

Com base na Resolução 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética em pesquisa com seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos e do contexto técnico-científico, resolveu **APROVAR** o projeto **110/10** com o título: “Vivências de Violências Contra Crianças de 11 a 18 anos no Recanto das Emas”, analisado na 10ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de novembro de 2010.

A pesquisadora responsável fica, desde já, notificada da obrigatoriedade da apresentação de um relatório semestral e relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (item VII.13 da Resolução 196/96).

Brasília, 10 de novembro de 2010.


Prof. Natan Gonçalves de Sá
Coordenador do CEP-FS/UnB

9 APÊNDICES

Apêndice 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Universidade de Brasília

Faculdade de Ciências da Saúde

Curso de Pós-Graduação em Ciências da Saúde

Projeto: Vivências de Violência Contra Crianças de 11 a 18 anos

Pesquisador: Iglê Moura Paz Ribeiro (61) 3349-7424

Orientadora: Prof.^a Lenora Gandolfi (61) 3307-2134

Convite aos pais e ou responsáveis do sujeito da pesquisa:

Srs. Pais!

A Universidade de Brasília (UnB), juntamente da pesquisadora Iglê Moura Paz Ribeiro, quer conhecer melhor as crianças que frequentam as escolas de ensino fundamental e médio do DF no Recanto das Emas. A pesquisa tem como proposta melhorar o conhecimento sobre ocorrência das vivências de violência contra crianças de 11 a 18 anos.

Você está sendo informado que seu filho está sendo convidado a participar da pesquisa sobre Vivências de Violências contra Crianças de 11 a 18 anos e responderá um questionário. E pode-se garantir como pesquisadora, que seu filho não precisará se identificar com o nome. Na pesquisa se está apenas interessado em combinar as respostas de todas as crianças e/ou adolescentes. E garante-se que é confidencial, pois as respostas dadas no questionário serão individuais, e durante o processo de respostas ao questionário às crianças não podem conversar, e as informações fornecidas pelos participantes serão mantidas em segredo. O questionário terá o acompanhamento e orientação somente da pesquisadora durante 30 minutos, conduzida de forma ética garantindo a

privacidade e proteção das crianças, e se a criança se recusar em participar da pesquisa, não implicará em qualquer prejuízo para ela. Mesmo após a assinatura desse Termo de Consentimento, ela ficará livre para abandonar a pesquisa a qualquer momento, também sem qualquer prejuízo. Dessa maneira, depois de ter sido devidamente informado, declaro que concordo que meu filho/ e ou dependente participe voluntariamente da pesquisa.

Eu, _____ autorizo o aluno(a)
_____ a participar da pesquisa.

Assinatura do pai e/ao responsável

Rubrica do sujeito da pesquisa

Brasília,.....de20__.

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde: (61) 3107-1947